



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2021-0032

BI-2021-0034

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 19/04/2021

Hora: 13:40

Tipo: Ação Direta

Motivo da inspeção: Seguimento

Inspetor responsável: António MR. Moutinho

Outros inspetores da IRA: João PRFB. Silva

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, para verificar o cumprimento da notificação SAI-2018-0387, de 2018-07-26. (BI-2017-0341)

No local foi contactado o Eng. Jovito Manuel de Almeida Silva, Chefe de Condução da Central e Chefe da Distribuição.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: EDA - Eletricidade dos Açores, SA

NIPC/NIF: 512012032

Sede/morada: Rua Francisco Pereira Ataíde, n.º 1

Código Postal: 9504-535

Freguesia: São Sebastião

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: São Miguel

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Central Termoelétrica da Graciosa

Endereço: Caminho do Quitadouro, s/n

Código Postal: 9880-315

Freguesia: Santa Cruz da Graciosa

Concelho: Santa Cruz da Graciosa

Ilha: Graciosa

Atividade principal: 35112 - Produção de eletricidade de origem térmica

Outras atividades: Distribuição de eletricidade.

Período de funcionamento: 24 horas dia.

Licenciamento da atividade: Licença de Exploração de Instalação Elétrica de Serviço Público (Proc. 30-401/03 3351/F) de 25/11/2013



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Antecedentes

Na inspeção realizada em 2017-09-29, foram detetadas as seguintes infrações:

- a) Incumprimento do dever de separação na origem dos resíduos produzidos, de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras, em violação do disposto no n.º 5, artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental leve prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- b) Incumprimento do dever de envio dos dados do sistema de autocontrolo de acordo com a periodicidade exigida no respetivo título (AR/2014/15), em violação do disposto no n.º 2, artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, configurando assim a prática de contraordenação ambiental grave prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 81.º do diploma citado;
- c) Incumprimento do dever de identificação dos contentores utilizados na armazenagem de resíduos, com nome comum e código LER, em violação do disposto na alínea f) do art.º 33.º do DLR n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental leve prevista na subalínea ii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- d) Incumprimento das normas de armazenagem de óleos minerais usados (contentores não identificados por código LER), em violação do disposto no artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01 de junho, configurando assim a prática de contraordenação ambiental grave prevista na alínea j) do n.º 2 do artigo 62.º do diploma citado;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

- e) O incumprimento da obrigação de autocontrolo (não cumprir com a monitorização pontual na fonte Gr01), em violação do disposto no artigo 53.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, configurando assim a prática de contraordenação ambiental leve, prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 93.º, do diploma citado;
- f) O incumprimento do valor limite de emissão (VLE) (NOx na fonte Gr08, 1ª campanha de 2017), em violação do disposto no artigo 51.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, configurando assim a prática de contraordenação ambiental grave, prevista na alínea f) do n.º 2 do artigo 93.º, do diploma citado.

2.2 – Descrição da situação observada

As infrações descritas nas alíneas a), c) e d), foram regularizadas após a ação inspetiva, e comunicada a sua regularização à Inspeção Regional do Ambiente. Relativamente às infrações descritas nas alíneas b), e) e f), a verificação da regularização foi efetuada durante a atual ação inspetiva.

Relativamente à infração descrita na alínea b), verificou-se o incumprimento da condição técnica específica estabelecida no ponto 22, do título de utilização de recursos hídricos (AR/2018/11), nomeadamente envio dos boletins de análises com a periodicidade trimestral. (2020: 1ª campanha – boletim submetido em 2020-03-13, 2ª campanha - isentos de autocontrolo (SAI-DRA/2020/1445, de 2020/03/24), **3ª campanha – boletim submetido em 2020-07-20 e 4ª campanha - boletim submetido em 2021-01-05**; 2021: 1ª campanha– boletim submetido em 2021-04-01)

Relativamente à infração descrita na alínea e), verificou-se o incumprimento da obrigação de autocontrolo (**não realizou a monitorização pontual à fonte Gr06 em 2020**). O operador em 2020 só efetuou uma monitorização pontual (solicitou autorização à DRA, SAI-DRA/2020/1445, de 2020/03/24).

Relativamente à infração descrita na alínea f), verificou-se o cumprimento dos VLE's, para as cinco fontes monitorizadas em 2020 (**Gr01, Gr02, Gr03, Gr07 e Gr08**). Os relatórios de monitorização devem fazer referência ao diploma em vigor na Região Autónoma dos Açores, Decreto Legislativo Regional nº 32/2012/A, de 13 de julho, que refere na alínea gg) do artigo 3.º, como «*Condições de pressão e temperatura padrão*», ou «*PTP*», *as condições referidas à temperatura de 273,15 K e à pressão de 101,3 kPa*, conforme descrito no número 1 do artigo 5.º da portaria n.º 95/2016, de 9 de setembro, e não ao diploma nacional, Decreto Lei nº 39/2018, de 11 de junho.

2.3 – Outras informações obtidas

A instalação tem equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa, em 2020, fez deteção de fugas aos equipamentos com mais de 5 Ton.CO₂ Eq. recorrendo a técnico certificado e empresa certificada (Nuno César Gomes Ormende, tgf000937, SEGMA, sac-291/2015). Foi desativado um dos equipamentos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- a) Incumprimento do dever de envio dos dados do sistema de autocontrolo de acordo com a periodicidade exigida no respetivo título (AR/2018/11), em violação do disposto no n.º 2, artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, configurando assim a prática de contraordenação ambiental grave prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 81.º do diploma citado;
- b) O incumprimento da obrigação de autocontrolo (não realizou a monitorização pontual à fonte Gr06 em 2020), em violação do disposto no artigo 53.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, configurando assim a prática de contraordenação ambiental leve, prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 93.º, do diploma citado.

4 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☒ Levantamento de auto de notícia pelo incumprimento da obrigação de autocontrolo do efluente gasoso da fonte pontual Gr06.
- ☐ Outra: